

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
VALUE PREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

2º SEMESTRE 2019

ÍNDICE

Item	Página
1. INTRODUÇÃO	3
2. GESTÃO DOS RECURSOS	6
3. ATUARIAL.....	15
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	17
5. GESTÃO DA ENTIDADE.....	20
6. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	24
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
8. ANEXOS	26

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO

O principal objetivo do Conselho Fiscal da **Value Prev Sociedade Previdenciária**, doravante denominada Entidade, na elaboração do presente Relatório é apresentar os resultados dos exames efetuados, incluindo a aderência da gestão dos recursos dos planos administrados pela Entidade às normas em vigor e às políticas de investimentos, a aderência das hipóteses atuariais e a execução orçamentária no segundo semestre de 2019, em observância às disposições legais, em especial o art. 19 da Resolução CGPC nº 13, de 1/10/2004.

1.2. METODOLOGIA

Para realização dos exames e elaboração do presente relatório foi adotada a seguinte metodologia: (a) reuniões; (b) análise de documentos, (c) obtenção de informações com os colaboradores e dirigentes da Entidade, e (d) observância das normas vigentes.

1.3. FATOS RELEVANTES

a) Pedido de cisão do Plano de Benefícios HP relativa à parcela da patrocinadora Enterprise Services Brasil Serviços Tecnológicos Ltda. - DXC.

Em 09/09/2019 foi recebida pela Entidade a correspondência da patrocinadora Enterprise Services Brasil Serviços Tecnológicos Ltda. - DXC com a decisão de rescindir o Convênio de Adesão firmado em 25/10/2013 referente ao Plano de Benefícios HP e cindir o referido plano criando o Plano de Benefícios DXC, o qual será administrado por esta Sociedade. Neste sentido, foram adotadas todas as medidas necessárias a implantação da cisão do Plano de Benefícios HP, tendo sido elaborados todos os documentos que serão submetidos à análise da PREVIC.

b) Conclusão da transferência de gerenciamento da parcela cindida do Plano de Benefícios HP para o Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Em 03/10/2019 a PREVIC emitiu a Portaria nº 861 na qual aprovou a cisão do Plano de Benefícios HP, administrado pela Value Sociedade Previdenciária, e a transferência de gerenciamento da parcela cindida para o Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão. Desta forma, no final do ano de 2019 foi realizada a transferência de gerenciamento e realizado os ajustes contábeis.

c) Mudança na Política de Investimentos

Seguindo boas práticas de governança e transparência, e em função da redução da taxa de juros, a Entidade elaborou um estudo com a finalidade de identificar a eficiência da alocação dos perfis. A conclusão foi de que os perfis Conservador, Moderado e Agressivo podem melhorar a relação RISCO X RETORNO, no caso do perfil Super Conservador não houve nenhuma alteração dado que qualquer solução mais eficiente resultaria em aumento do risco.

A Política de Investimentos da Entidade é elaborada no mínimo uma vez por ano pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. Na Política de Investimentos esta indicado qual é o segmento e alvo de alocação para aplicação de cada perfil, e a mesma esta disponível no site da Entidade para todos os participantes.

d) Alteração da composição dos investimentos

Durante o ano de 2019 foram realizadas algumas alterações na composição dos investimentos com a entrada e saída de alguns fundos de investimentos. Em janeiro iniciamos aplicação nos fundos estruturados SPX NIMITZ ESTRUTURADO MULTIMERCADO e no SUL AMÉRICA ENDURANCE MULTIMERCADO. Em abril no fundo de renda variável ITAÚ PRIVATE AÇÕES INDEX IBOVESPA FIC e em junho no fundo OCEANIA VALOR 30, também de renda variável. Por fim, em julho entrada no fundo no exterior, BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY.

Devida a baixa performance, em março foi realizado o resgate total das cotas do Fundo ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI, renda fixa; no mês de abril do VELT INSTITUCIONAL, renda variável. Em maio por motivo de encerramento do Fundo RIO BRAVO COLUMBIA, exterior foi efetuado resgate total.

e) Alteração na composição do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal

De acordo com as disposições estatutárias vigentes da Value Prev, na Seção II, observado sempre o disposto em seu Artigo 15, e no Artigo 28, inciso II da Seção IV, ocorreram as seguintes alterações na composição do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva durante o segundo semestre de 2019.

Na reunião ordinária do Conselho Deliberativo ocorrido no dia 29 julho de 2019 foi deliberado a destituição, conforme solicitação da Patrocinadora por meio de correspondência, do Sr. Mauro Borges Guaraciaba, membro do Conselho Deliberativo no

cargo de Vice-Presidente, indicado pela Patrocinadora Enterprise Services Brasil Serviços de Tecnologia Ltda., em razão de seu desligamento em 07 de maio de 2019. Foi indicado para a substituição do cargo o Sr. Miguel Prada Galvão, que assumiu a Vice-Presidência do Conselho Deliberativo e deixou o cargo de Diretor na Diretoria Executiva da Entidade. Na mesma reunião o Conselho Deliberativo nomeou o Sr. Abdiel Melo Silva para exercer o cargo de Diretor na Diretoria Executiva, pelo prazo remanescente de seu antecessor, ou seja, 05 de abril de 2021.

Em 29 de agosto de 2019 a Sra. Rosimeire Alves Costa Zussman, membro do Conselho Fiscal no cargo de Conselheira Suplente, comunicou sua renúncia do cargo em função de seu desligamento da Patrocinadora Enterprise Services Brasil Serviços de Tecnologia Ltda.

Na reunião ordinária do Conselho Deliberativo ocorrido no dia 28 outubro de 2019 foi deliberado a destituição, conforme solicitação da Patrocinadora por meio de correspondência, do Sr. Fernando Luiz Suehara, membro do Conselho Fiscal no cargo de Presidente, indicado pela Patrocinadora HEWLETT-PACKARD Brasil Ltda. em razão de seu desligamento em 15 de outubro 2019. Na mesma correspondência a Patrocinadora indicou a Sra. Sandra Regina Araujo Bispo como membro do Conselho Fiscal para exercer o cargo de Conselheira Suplente. Ainda nessa reunião, o Conselho Deliberativo nomeou a Conselheira Suplente Sra. Patrícia Oyoko Tanaka para exercer o cargo de Presidente do Conselho Fiscal, pelo prazo remanescente de seu antecessor, ou seja, 06 de abril de 2021.

Na reunião ordinária do Conselho Deliberativo ocorrido no dia 18 de dezembro de 2019 foi deliberado a destituição, da Sra. Claudia Regina Giusti, Diretora Executiva da Entidade, em razão da transferência de gerenciamento da Patrocinadora HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. em 02 de dezembro de 2019.

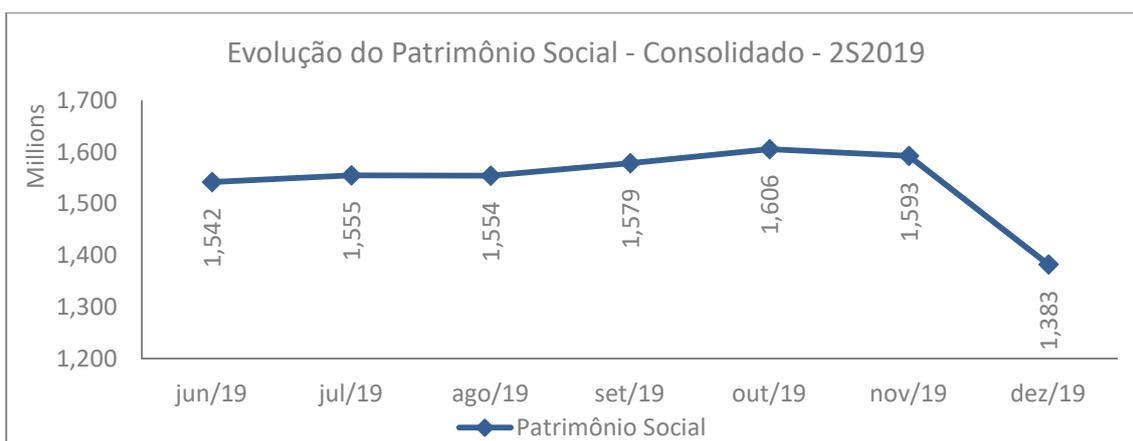
2. GESTÃO DOS RECURSOS

A Entidade administra o Plano de Benefícios HP e o Plano de Gestão Administrativa – PGA.

2.1. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da Entidade é composto por duas variáveis, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. A evolução apresentada pelo Patrimônio Social da Entidade, no segundo semestre de 2019, foi resultado do bom desempenho dos investimentos ao longo do ano, embora em dezembro tenha havido uma queda de cerca de 13% em relação ao mês de novembro, como consequência da conclusão do processo de Transferência de Gerenciamento da Patrocinadora HP INC.

Assim, em dezembro de 2019 o Patrimônio Social apresentava cerca de R\$ 1.383 milhões.



Fonte: Balancete Consolidado – mensal – 2S2019 - Value Prev

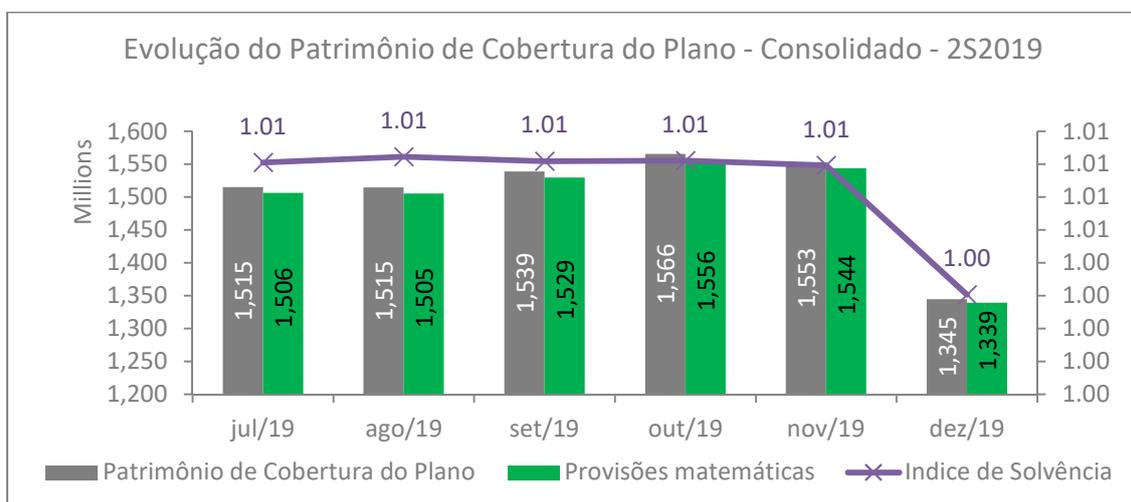
2.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O Patrimônio de Cobertura do Plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico. As Provisões Matemáticas são os compromissos da Entidade em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a conceder. Já o Equilíbrio Técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.

2.3. SOLVÊNCIA

A Solvência de um plano é definida pelo patrimônio de cobertura do plano dividido pelas provisões matemáticas, que representa a capacidade que os recursos do plano têm de fazer frente às provisões matemáticas e gerar um excedente (superávit) ou apresentar carência de valores para sua cobertura (déficit). O acompanhamento da solvência é de

fundamental relevância para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pelo plano de benefício definido, e estabelecer correções de rotas, sejam através de revisão nas contribuições, revisão na Política de Investimentos, ou revisão da aderência das hipóteses atuariais.



Fonte: Balancete Consolidado – mensal – 2S2019 - Value Prev

De acordo com as informações apuradas por meio dos balancetes do Plano de Benefícios HP e consolidado, durante o segundo semestre de 2019, o Plano de Benefícios HP administrado pela Entidade encontra-se solvente e equilibrado no que diz respeito aos seus compromissos junto aos seus participantes.

Conforme gráfico acima, os índices de solvência estão sempre acima de 1,00 o que quer dizer que existem valores para cobertura dos compromissos do plano acima dos valores já contabilizados em provisões matemáticas.

2.4. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ADMINISTRADOS PELA ENTIDADE

RECURSOS GARANTIDORES - VALUE PREV - 2019			
Recurso	Posição 1S2019	Posição 2S2019	Varição 1S/2S
	R\$	R\$	%
Plano de Benefícios - HP	1.541.517.292	1.381.752.342	-10,36%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	2.607.687	2.667.002	2,27%
Investimentos	1.544.124.979	1.384.419.344	-10,34%
Disponível	811.175	1.574.708	94,13%
Exigível Operacional	(355.704)	(447.806)	25,89%
Exigível Contingencial	(1.090.064)	(1.090.064)	0,00%
Recursos Garantidores	1.543.490.387	1.384.456.182	-10,30%

Fonte: Balancete Consolidado – 06 e 12/2019 - Value Prev

Ao final do segundo semestre de 2019 a Entidade administrava cerca de R\$ 1.384 milhões distribuídos entre o Plano de Benefícios HP e Plano de Gestão Administrativa.

2.4.1. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

A seguir apresentamos a distribuição dos recursos garantidores por segmento.

RECURSOS GARANTIDORES POR SEGMENTO - VALUE PREV - 2019			
Segmento	Posição 1S2019	Posição 2S2019	Varição 1S/2S
	R\$	R\$	%
Renda fixa	1.291.440.923	1.075.071.438	-16,75%
Renda variável	191.150.117	186.762.400	-2,30%
Estruturado	30.523.216	57.887.733	89,65%
Exterior	30.376.131	64.734.610	113,1%
Recursos Garantidores	1.543.490.387	1.384.456.182	-10,30%

Fonte: Planilha Carteira Total 12.2019 / Balancete Consolidado e Resumo DI – 12/2019 – Value Prev

Ao final do semestre os recursos garantidores da Entidade estavam distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, estruturado e exterior.

2.5 ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 a EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas no referido normativo, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

Além disso, deve definir a Política de Investimento para a alocação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado e cada uma deve conter definições como: a alocação de recursos; os limites por segmento de aplicação; os limites por modalidade de investimento; os limites por emissor; a utilização de instrumentos derivativos. Assim como, os procedimentos e critérios para a avaliação e acompanhamento dos riscos de investimentos.

Para atender aos requisitos de enquadramento da Resolução CMN nº 4.661/2018, demais legislações e Políticas de Investimentos a Entidade conta com o serviço de custódia centralizada. Uma de suas funções é impedir a aplicação de fundos exclusivos em ativos não autorizados pela legislação, pelo regulamento do fundo e pela Política de Investimentos, ou que levem a extrapolação de qualquer dos limites descritos nestes documentos. A Entidade monitora estas aplicações por meio de relatórios fornecidos pelo Administrador Fiduciário e é alertada sempre que ocorrer qualquer desenquadramento. Procura-se evitar desenquadramentos e avaliar as razões sempre que possam ocorrer para que seja determinado um plano de ação.

A Política de Investimentos vigente no ano de 2019 estava adequada aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018.

A seguir foram analisados os principais enquadramentos e acompanhamento dos riscos e uma demonstração da alocação dos recursos para os diversos ativos.

2.5.1. Alocação e Concentração

As alocações dos recursos são direcionadas de acordo com a Política de Investimentos, elaborada levando em consideração a modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico.

Os limites de alocação e concentração foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios fornecidos, mensalmente, pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon.

O quadro abaixo demonstra os limites de alocação e concentração, para visualização da conformidade com os limites legais e Política de Investimentos.

ALOCÇÃO E CONCENTRAÇÃO - POR SEGMENTO									
Segmento de Aplicação	Lim. Legal	PLANO HP				PGA			
		Limite PI			Posição 2S2019	Limite PI			Posição 2S2019
		Mínimo	Máximo	Alvo		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda fixa	100,0%	15,00%	100,0%	82,10%	77,78%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Renda variável	70,00%	0,00%	65,00%	10,90%	13,50%	-	-	-	-
Estruturado	20,00%	0,00%	10,00%	3,50%	4,12%	-	-	-	-
Exterior	10,00%	0,00%	10,00%	3,50%	4,60%	-	-	-	-

Fonte: Planilha Carteira Total 31.12.2019 e PI 2019 – Value Prev

Analisando os relatórios mensais de enquadramento, sintéticos e analíticos, fornecido pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon, constatamos que não houve desenquadramentos, durante o segundo semestre de 2019, em relação aos limites de alocação e concentração por segmento ou por veículo de investimento, assim como por emissor e derivativo - Art. 21 a 28 e Art. 30 da Resolução CMN nº 4.661. Assim como também, em relação as vedações previstas Art. 36 do mesmo normativo e os limites específicos estabelecidos na Política de Investimentos.

Além disso, são acompanhados os enquadramentos por perfil de acordo com quadro a seguir:

ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO – POR PERFIL								
Perfil de Investimento	Renda Fixa		Renda Variável		Estruturados		Exterior	
	Limite PI	Posição 2S2019	Limite PI	Posição 2S2019	Limite PI	Posição 2S2019	Limite PI	Posição 2S2019
Super Conservador	100,0%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conservador	100,0%	84,85%	15,00%	8,49%	4,00%	3,14%	4,00%	3,52%
Moderado	85,00%	54,49%	35,00%	28,14%	9,00%	8,22%	9,00%	9,16%
Agressivo	65,00%	33,15%	65,00%	46,42%	10,00%	9,63%	10,00%	10,80%
ALM	100,0%	100,0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

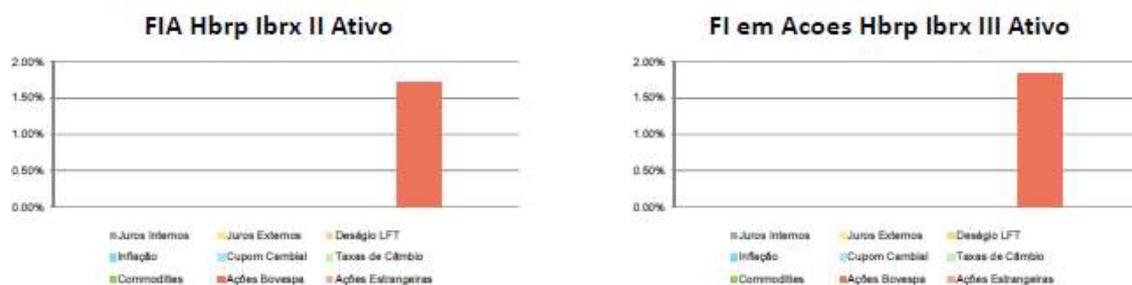
Fonte: Planilha Carteira Total 31.12.2019 e PI 2019 – Value Prev

Durante o segundo semestre de 2019, não foram identificados desenquadramentos nos perfis Super Conservador e Conservador em nenhum dos segmentos. Nos perfis Moderado e Agressivo, o segmento Exterior apresentou um pequeno desenquadramento em relação aos limites da Política de Investimentos, trata-se de um desenquadramento passivo, que ocorre quando há pagamento de resgate ou portabilidade. Além disso, houve uma valorização desse segmento que contribuiu para a elevação do percentual. O reenquadramento será feito ao longo do 1º semestre de 2020.

2.5.2. Risco de Mercado

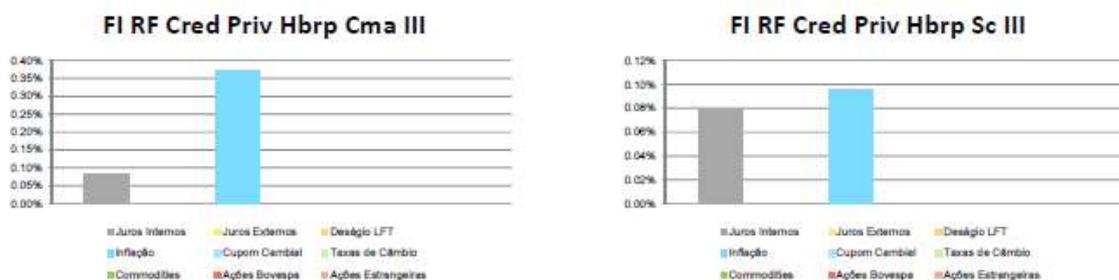
De acordo com o acompanhamento de risco de mercado realizado mensalmente pelo administrador fiduciário BNY Mellon e conforme os limites definidos na Política de Investimentos, não houve desenquadramento durante o segundo semestre de 2019.

Fundo de Investimento em Ações HBRP IBRX II Ativo e Regulamento do Fundo de Investimento em Ações HBRP IBRX III Ativo são fundos de ações cujo fator de risco é Ibovespa e o V@R está pouco acima de 1,5%, quando o limite de V@R da Política de Investimentos é 2,5%.



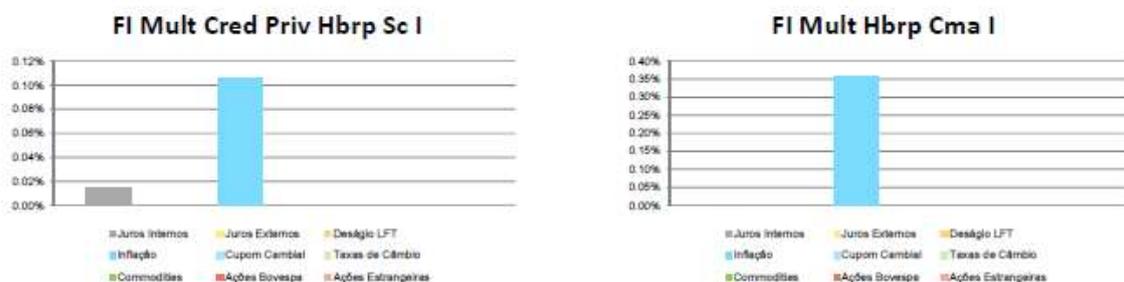
Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance – 12/2019– BNY MELLON

Os fundos F.I. Renda Fixa Crédito Privado HBRP CMA III e F.I. Renda Fixa Crédito Privado HBRP SC III são fundos com fator de risco de inflação, com riscos acima de 0,35% e 0,08% respectivamente e menores riscos ainda para os riscos de juros internos e juros externos.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance – 12/2019– BNY MELLON

Os fundos F.I. Multimercado Crédito Privado HBRP SC I e Fundo de Investimento Multimercado HBRP CMA I são fundos com fator de risco de inflação, com riscos pouco acima de 0,10% e 0,35% respectivamente e menores riscos ainda para os riscos de juros internos e juros externos.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance – 12/2019– BNY MELLON

A seguir estão relacionados os riscos dos ativos de acordo com as respectivas métricas descritas. Somente os fundos de ações apresentam riscos apurados por *tracking error*, cujos resultados apurados em dezembro de 2019 foram 3,78% e 4,63%, valores estes abaixo do limite de 8% da Política de Investimentos dos respectivos fundos.

Análise de Risco - Outras Métricas				
Fundo	Monte Carlo	VaR Historico	Expected Shortfall	Tracking Error
FIA Hbrp Ibrx II Ativo	0.68%	0.74%	2.05%	4.63%
FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	0.68%	0.77%	2.20%	3.78%
FI RF Cred Priv Hbrp Cma III	0.13%	0.48%	0.58%	0.00%
FI RF Cred Priv Hbrp Sc III	0.08%	0.19%	0.22%	0.00%
FI Mult Cred Priv Hbrp Sc I	0.05%	0.11%	0.15%	0.00%
FI Mult Hbrp Cma I	0.10%	0.35%	0.47%	0.00%

Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance – 12/2019– BNY MELLON

Nota: Embora os fundos de investimentos de renda fixa apresentem valor de 0,00% na coluna de *tracking error* do quadro acima, esta métrica não é aplicável a este tipo de fundo de investimento.

2.5.3. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada considerando principalmente os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

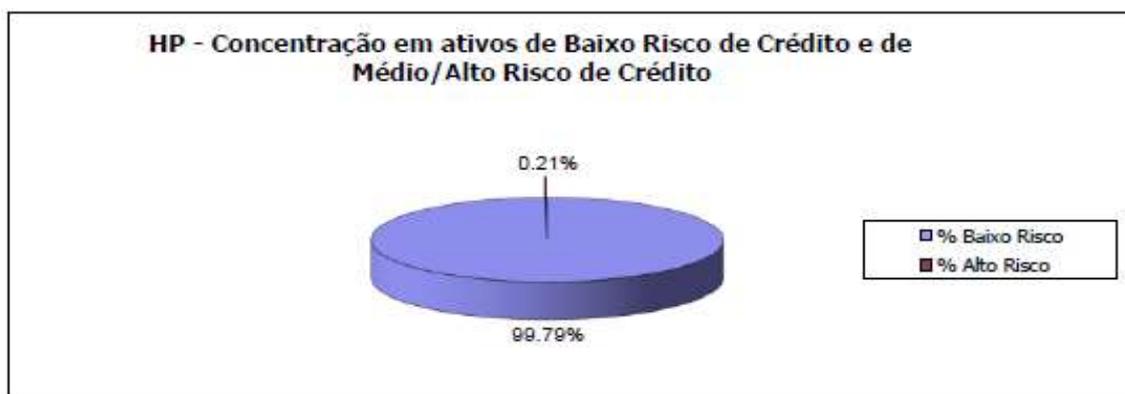
Nível de Risco Considerado	Rating
Baixo	De AAA a AA-
Médio	De A+ a BBB-
Alto	De BBB- ao mínimo

Fonte: PI 2019 – Value Prev

A alocação em títulos com risco de crédito é monitorada com base nos seguintes limites:

- Para investimentos realizados por fundos exclusivos só é permitido aplicar em ativos privados considerados de baixo ou médio risco de crédito e cuja classificação de risco seja realizada por uma das seguintes agências, Standard&Poor's, Fitch Ratings, Moody's e SR Rating.
- Para os fundos condominiais é necessário que atendam aos limites de *rating* aplicáveis aos fundos exclusivos, porém com a liberdade de utilizar qualquer agência de *rating* autorizada a funcionar no Brasil. Caso o fundo investido aplique em um ativo considerado de alto risco de crédito, ou que um ativo em sua carteira tenha classificação rebaixada para a categoria alto risco de crédito, caberá à Entidade decidir sobre a manutenção de suas aplicações em tal fundo.

Ao final do segundo semestre de 2019 a Entidade estava com 0,21% de concentração em ativos de alto risco de crédito.



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating HP – 12/2019– BNY MELLON

Os ativos que ficaram classificados como alto risco de crédito, segundo o relatório Acompanhamento de Risco de Crédito emitido da PPS foram Econorte, Termelétrica Pernambuco III e Cemig.

Na ocasião da aquisição desses ativos, todos foram classificados como de baixo risco, tendo o rebaixamento ocorrido posteriormente. Por decisão da Entidade e conforme previsto na Política de Investimentos e na legislação, os ativos permanecerão nas carteiras dos fundos até o vencimento dos mesmos não caracterizando desenquadramento.

2.6 RENTABILIDADE

A partir dos relatórios produzidos pelo administrador fiduciário BNY Mellon, podemos verificar a rentabilidade líquida da cota dos fundos exclusivos e dos fundos condominiais por gestor contratado.

Demonstramos a seguir a rentabilidade obtida por gestor e/ou fundo de investimentos em relação ao *benchmark*.

2.6.1. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos abertos

FUNDO	SAFRA GALILEO	AZ QUEST	SCHRODER	WA OPPORT.	SPX NIMITZ	SULAMÉRICA	PIMCO	CDI
jul/19	0,05%	0,57%	0,76%	-0,35%	0,66%	0,51%	0,59%	0,57%
ago/19	0,98%	0,51%	-0,24%	-1,95%	1,44%	0,05%	-0,69%	0,50%
set/19	1,28%	0,46%	-0,18%	3,42%	-0,39%	0,49%	0,93%	0,47%
out/19	1,23%	0,25%	0,96%	3,31%	0,75%	0,63%	0,78%	0,48%
nov/19	-0,21%	0,04%	0,44%	-0,43%	-0,66%	0,19%	0,52%	0,38%
dez/19	1,72%	0,39%	1,14%	3,66%	0,63%	0,57%	1,50%	0,37%
2019	8,08%	5,49%	9,59%	18,88%	7,62%	5,09%	11,77%	5,95%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2019– Value Prev

FUNDO	OCEANA	IBRX-100	BAHIA	SMLL	BB NORDEA	MSCI	VINCI SELECTION	IBOVESPA FECHAMENTO
jul/19	-0,08%	1,17%	2,68%	6,75%	0,44%	-1,34%	2,19%	0,84%
ago/19	-1,97%	-0,17%	0,79%	0,48%	7,20%	7,46%	0,10%	-0,67%
set/19	3,42%	3,22%	2,41%	2,08%	2,53%	2,58%	2,53%	3,57%
out/19	2,57%	2,20%	2,15%	2,28%	-0,98%	-1,49%	2,20%	2,36%
nov/19	0,24%	0,97%	2,13%	5,14%	8,47%	8,27%	1,39%	0,95%
dez/19	9,31%	7,27%	11,32%	12,65%	-3,16%	-1,82%	7,70%	6,85%
2019	19,27%	20,13%	44,19%	58,20%	26,05%	30,23%	34,19%	31,58%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2019– Value Prev

2.6.2. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos

GESTOR	BNYM	BENCH	META ATUARIAL	BNP PARIBAS	WESTERN ASSET	BENCH
FUNDO	HP ALM	IPCA + 4,5%	IGPDI + 4,5%	FUNDO SC I	FUNDO SC III	90% IMA-S + 10% IMA-B
jul/19	0,68%	0,56%	0,36%	0,70%	0,74%	0,64%
ago/19	0,65%	0,48%	-0,14%	0,32%	0,30%	0,42%
set/19	0,55%	0,33%	0,87%	0,87%	0,96%	0,71%
out/19	0,49%	0,47%	0,92%	0,83%	1,11%	0,77%
nov/19	0,60%	0,88%	1,22%	-0,23%	-0,34%	0,10%
dez/19	1,19%	1,52%	0,85%	0,64%	0,64%	0,54%
2019	9,38%	9,00%	11,13%	8,39%	9,37%	7,61%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2019– Value Prev

GESTOR	SANTANDER	WESTERN ASSET	BENCH	FRANKLIN	WESTERN ASSET	BENCH
FUNDO	FUNDO CMA I	FUNDO CMA III	50% IMA-S + 50% IMA-B	FUNDO AÇÕES II	FUNDO AÇÕES III	IBrX-100
jul/19	0,93%	1,02%	0,93%	1,33%	-0,23%	1,17%
ago/19	0,00%	-0,08%	0,05%	0,41%	-0,04%	-0,17%
set/19	1,79%	1,95%	1,67%	2,63%	2,92%	3,22%
out/19	2,00%	2,26%	1,93%	2,70%	2,19%	2,20%
nov/19	-1,20%	-1,44%	-1,04%	0,75%	0,57%	0,97%
dez/19	1,13%	1,29%	1,19%	6,94%	6,97%	7,27%
2019	14,24%	15,95%	14,27%	32,98%	27,87%	33,39%

Fonte: Planilha Rentabilidade Fundos – 2019– Value Prev

Podemos observar no acumulado do ano os gestores BNP Paribas e Western Asset, nos fundos e SC I e SC III apresentaram retornos superiores aos seus respectivos *benchmarks*. A carteira SC ALM não superou a meta atuarial do Plano HP que é IGP-DI + 4,5%, entretanto, superou o *benchmark* que é IPCA+4,5%. Em relação ao Fundo CMA I gerido pelo Santander, o mesmo não superou por uma margem pequena, enquanto o Fundo CMA III gerido pela Western Asset ficou bem acima.

Os gestores Franklin Templeton e a Western nos fundos de renda variável não conseguiram superar o seu *benchmark*.

Com relação aos fundos abertos, verificamos que a maioria performou acima do seu *benchmark*, o acompanhamento da performance é feito mensalmente, com visão de investimento de longo prazo.

3. ATUARIAL

3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL DO PLANO DE APOSENTADORIA

Este Conselho Fiscal verificou no balancete de dezembro de 2019 o patrimônio social e o patrimônio de cobertura do Plano de Benefícios da Entidade.

PATRIMÔNIO SOCIAL - VALUE PREV - 2019	
Conta	R\$
Patrimônio social	1.382.821.858
Fundos	38.155.194
Previdenciais	14.918.602
Administrativos	3.032.960
Investimentos	20.203.633
Patrimônio de cobertura do Plano	1.344.666.663

Fonte: Balancete Consolidado – 2S2019 - Value Prev

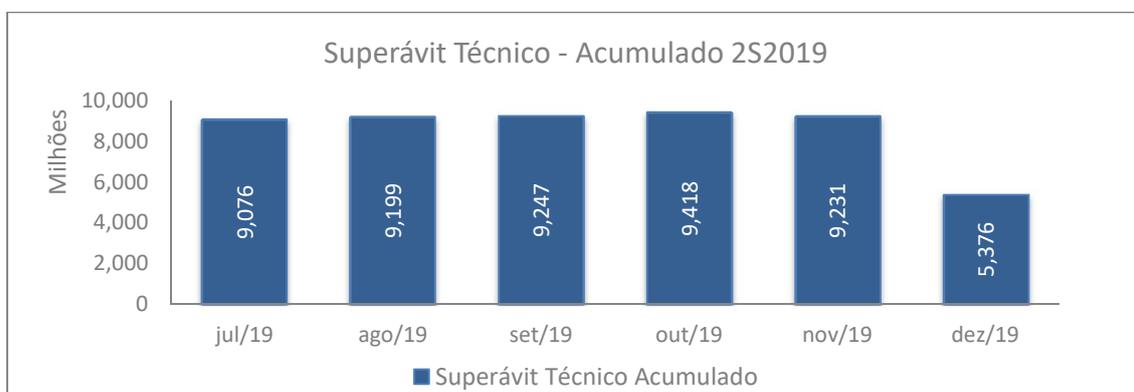
3.2. HIPÓTESES

Durante o segundo semestre de 2019, foi iniciada a Avaliação Atuarial do ano de 2019, válida para o exercício de 2020. Desta forma as informações referentes aos resultados obtidos nesta avaliação serão retratadas no relatório de manifestação do Conselho Fiscal do primeiro semestre de 2020. As hipóteses e premissas atuariais válidas para este exercício, cujos estudos se iniciaram no segundo semestre de 2018, já foram retratados no relatório do primeiro semestre de 2019.

3.3. PLANO DE CUSTEIO

Durante o segundo semestre de 2019, foi iniciada a Avaliação Atuarial – 2S2019 de 2019, válida para o exercício de 2020. Desta forma as informações referentes ao plano de custeio válido para o próximo exercício serão retratados no relatório de manifestação do Conselho Fiscal do primeiro semestre de 2020

3.4. EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PLANO



Fonte: Balancete Consolidado – mensal – 2S2019 - Value Prev

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019, foi realizada revisão da metodologia de projeção dos compromissos do plano com pagamento de benefícios futuros, apenas na parcela de Benefício Definido, que passa a considerar as informações cadastrais de todos os dependentes dos aposentados do plano nos cálculos atuariais, até 3 (três) dependentes. Com isto, objetiva-se alcançar ainda maior nível de precisão nas estimativas atuariais. Esta alteração ocasionou em um aumento das provisões matemáticas do plano e conseqüentemente a diminuição do superávit técnico acumulado.

3.5. MOVIMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - VALUE PREV - 2019	
Conta	R\$
A) Patrimônio Social - 31.12.2018	1.424.789
1- (+) Adições	260.557
2- (-) Deduções	67.493
3- (+/-) Acréscimos/Decréscimos (1+2)	193.064
4- Operações Transitórias	(235.031)
B) Patrimônio Social Final – 31.12.2019 (A+3+4)	1.382.822

Fonte: Balancete Consolidado – mensal – 2S2019 - Value Prev

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores realizados foram obtidos do orçamento geral e dos balancetes analíticos do ano de 2019.

4.1. PLANO DE APOSENTADORIA

4.1.1. Gestão Previdencial

GESTÃO PREVIDENCIAL	2019		
	Orçado	Realizado	Variação
ADIÇÕES PREVIDENCIAIS	42.087.544,88	39.340.844,36	-6,53%
DEDUÇÕES PREVIDENCIAIS	66.090.986,81	63.566.830,22	-3,82%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

As diferenças entre o orçamento e a realização nas adições ocorreram principalmente pelas diferenças de perspectivas no momento do orçamento e momento do "turn over" nas patrocinadoras.

No caso das deduções há grande imprevisibilidade do comportamento dos participantes, tanto em relação aos pedidos de aposentadoria como para os pedidos de prestação única e dos institutos, especialmente portabilidade.

4.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

4.2.1. Atividade Administrativa

No Orçamento Geral para de 2019 estão contemplados na proposta orçamentária das despesas com a administração do Plano de Benefícios.

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2019		
	Orçado	Realizado	Variação
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.573.173,43	3.925.769,79	9,87%
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	3.545.175,72	4.556.755,04	28,53%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

Durante as análises pode-se verificar que os desembolsos realizados com as despesas de investimento e da gestão administrativa ficaram pouco acima do orçado. As despesas administrativas seguem abaixo mais detalhadas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2019		
	Orçado	Realizado	Variação
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.573.173,43	3.925.769,79	9,87%
PESSOAL E ENCARGOS	1.692.651,03	1.806.534,85	6,73%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	107.400,00	71.748,95	-33,19%
VIAGENS E ESTADIAS	20.000,04	19.332,83	-3,34%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.043.938,09	1.266.130,68	21,28%
DESPESAS GERAIS	204.456,12	225.359,06	10,22%
TAXAS TRIBUTOS E ENCARGOS	331.831,82	333.012,15	0,36%
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	172.896,33	203.651,27	17,79%
DESPESAS DIRETAS NOS INVESTIMENTOS	3.545.175,72	4.556.755,04	28,53%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

Em relação às atividades administrativas houve uma extrapolação do orçamento de 9.87% em relação ao total de despesas administrativas. Alguns serviços de terceiros contratados e que não foram orçados são os principais contribuidores para a variação: pareceres e análises jurídicas, planejamento estratégico, etc., seguidos das despesas com a contratação de serviços para análise dos regulamentos dos fundos de investimentos exclusivos alocados na administração direta dos investimentos.

O aumento das despesas diretas nos investimentos se deu devido ao crescimento do patrimônio e a maior parte esta lançada diretamente nos fundos de investimentos, bem como a diversificação dos investimentos em fundos condominiais.

4.3. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão devem possibilitar a avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, permitindo a Entidade realizar ajustes no decorrer do ano e ainda evitar gastos desnecessários ou excessivos. Além disso, a Entidade deve também monitorar e acompanhar o limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa, conforme determina a Resolução CGPC nº 29/2009.

Os indicadores foram aprovados pelo Conselho Deliberativo por ocasião da elaboração do orçamento da Entidade, em 31/12/2018 e acompanhados mensalmente pela Entidade.

Ao final segundo semestre de 2019 os indicadores de gestão apresentaram o seguintes resultados.

INDICADORES - RESOLUÇÃO CGPC Nº 29/2009	ACUMULADO 2019	LIMITE
1- TAXA ADMINISTRATIVA	0,32%	1,00%
2- TAXA DE CARREGAMENTO	5,68%	9,00%

Fonte: Indicadores de Gestão 2019 - Value Prev

Os indicadores relacionados à Resolução CGPC nº 29/2009 ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela legislação. Atualmente a Entidade não possui taxa de carregamento, se tratando apenas de um indicador e acompanhamento previsto na legislação e a taxa administrativa é descontada da rentabilidade da cota.

INDICADORES DE GESTÃO	ACUMULADO 2019	META	VARIAÇÃO
1- DESPESAS ADM / ATIVO	0,29%	0,24%	21,39%
2- DESPESAS ADM / FLUXO PREVIDENCIAL	-237,50%	4,60%	-5262,94%
3- DESPESAS ADM / CONTRIBUIÇÕES	10,48%	8,49%	23,49%
4- CUSTO MÉDIO / PARTICIPANTE	1.100	927	18,61%
5- DESPESAS ADM / RECURSOS GARANTIDORES	0,29%	0,24%	20,31%

Fonte: Indicadores de Gestão 2019 - Value Prev

Em relação aos indicadores de gestão, todos ficaram acima das suas metas estabelecidas. As variações ocorreram devido à redução de arrecadação mensal, aumento do número de aposentados, redução do número de participantes do plano e redução de patrimônio devido à saída da patrocinadora HP INC.

5. GESTÃO DA ENTIDADE

No dia 22 de outubro de 2019 a marca Value Prev foi registrada. Vale recordar que no Boletim de dezembro de 2018, foi anunciada a mudança do nome, com o principal objetivo de transmitir, também em sua marca, seus valores e sua personalidade. Para consolidar esta mudança, foram muitas conquistas e realizações: o Estatuto foi alterado; um novo manual de identidade visual foi elaborado; o site da Entidade também acompanhou este processo de aprimoramento, ganhando agilidade e oferecendo facilidades aos Participantes.

5.1. ESTRUTURA DA ENTIDADE

Ao final do segundo semestre de 2019 a Entidade apresentava a seguinte estrutura.

Órgão Estatutário	Nome	Cargo	Mandato		Certificação	Validade do Certificado	Observações
Conselho Fiscal	Patrícia Oyoko Tanaka	Presidente	02/04/2018	01/04/2022	em andamento		indicada - Ata 28/10 - CD
	Daniel Meira Cardoso Duva	Efetivo	02/04/2018	01/04/2022	sim	16/10/2022	
	Mauricio Becker	Suplente	18/12/2019	05/04/2021	em andamento		
	Rodrigo Mancini Astray	Efetivo	02/04/2018	01/04/2022	sim	14/10/2020	
	Sandra Regina Araujo Bispo	Suplente	28/10/2019	05/04/2021	em andamento		indicada - Ata 28/10 - CD
	Rosimeire Alves Costa Zussman	Suplente	02/04/2018	16/09/2019			pedido de dispensa
	Fernando Luiz Suehara	Efetivo	02/04/2018	28/10/2019			destituído - Ata 28/10 - CD
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	Presidente	02/04/2018	01/04/2022	sim	10/08/2021	
	Miguel Prada Galvão	Vice Presidente	02/04/2018	01/04/2022	sim	31/10/2022	indicado -Ata 29/07 - CD
	Ivo Romani	Efetivo	02/04/2018	01/04/2022	não		
	Honorio Ryozyo Yano	Suplente	02/04/2018	01/04/2022	em andamento		
	Raphael Gandolfo Costa	Suplente	02/04/2018	01/04/2022	em andamento		
	Mauro Borges Guaraciaba	Vice Presidente	02/04/2018	29/07/2019			destituído - Ata 29/07 - CD
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	Diretor Superintende	02/04/2018	01/04/2022	sim	04/03/2021	
	Abdiel Melo Silva	Diretor	29/07/2019	05/04/2021	em andamento		indicado -Ata 29/07 - CD
	Deborah Gattai Anderaos Felfim	Diretor	02/04/2018	01/04/2022	sim	21/10/2022	
	João Carlos Ferreira	Diretor AETQ e ARPB	02/04/2018	01/04/2022	sim	22/09/2022	
	Claudia Regina Giusti	Diretora	02/04/2018	18/12/2019			destituído - 18/12 - CD

Fonte: Controle Certificação - Value Prev

O exercício de mandato em EFPC requer certificação emitida por instituição certificadora reconhecida pela Previc.

Os normativos atuais requerem que a maioria dos Conselheiros sejam certificados e a totalidade da Diretoria Executiva, estando a Entidade em fase de enquadramento, que deverá ocorrer até o final do primeiro semestre de 2020.

No que se refere ao requisito de que o dirigente obtenha a certificação em até um ano após a posse observa-se que esse requisito não foi atendido para alguns casos.

A falta de certificação, além da desconformidade com a legislação, prejudica a Entidade de obter o Selo de Autorregulação em Investimentos e, também, o Selo de Autorregulação em Governança. Além disso, pode ser um indicador negativo na busca de novos patrocinadores.

Como resultado desta verificação fica ratificada a recomendação deste Conselho, emitida no relatório de manifestação do Conselho Fiscal do primeiro semestre de 2019, para que todos os Conselheiros realizem o processo de certificação.

RECOMENDAÇÃO: Ratificação da recomendação emitida no primeiro semestre de 2019 para que todos os Conselheiros e toda a Diretoria realizem os procedimentos necessários para as devidas certificações.

5.2. GOVERNANÇA

A Resolução CGPC nº 13/2004, trouxe para o âmbito das EFPCs princípios, recomendações e obrigações para a prática de governança corporativa, que agregam valor ao resultado e convergem para adoção de um comportamento ético.

Cabe a Entidade adotar gestão de riscos e controles internos e princípios, regras e práticas de governança (relações entre órgãos estatutários da EFPC com participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores, fornecedores de produtos e serviços, autoridades e outras partes interessadas) adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes ao plano de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Com o objetivo de assegurar aos participantes equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país, nós do Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva participamos da apresentação, análise e discussão das demonstrações contábeis e dos pareceres da auditoria, reavaliação atuarial além das notas explicativas, gestão de recursos e dos passivos, aprovados e registrados em atas e mantidos à disposição para consulta na Entidade.

5.3. RELATÓRIOS CONTÁBEIS DE 2019

Os relatórios contábeis, mais especificamente balancetes, relativos do ano de 2019 foram elaborados em conformidade com o disposto na legislação que trata das normas contábeis aplicadas às entidades fechadas de previdência complementar, contém as informações consistentes e em conformidade com o disposto na legislação que trata do assunto.

5.4. AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os trabalhos de definição conceitual, identificação e avaliação de riscos e controles foram implementados e, por consequência, apresentadas as matrizes de riscos da Entidade.

Está instituído o processo de gestão de riscos e controles internos com geração Matriz de Riscos e Controles em sistema que facilita a atualização e o acompanhamento da implementação dos planos, com avaliações bianuais.

O último ciclo de autoavaliação foi realizado no segundo semestre de 2018, e o resumo dos seus resultados apresentado no relatório de manifestação do Conselho Fiscal do primeiro semestre de 2019. Um novo ciclo de autoavaliação será realizado em 2020.

Para o resultado do ciclo de autoavaliação de 2018 foram sugeridos planos de ação para melhoria do ambiente de controle da Entidade e eles foram cadastrados no sistema disponibilizado pela consultoria que apoia o processo de gestão de riscos da Entidade.

Ao final do segundo semestre de 2019 os planos apresentavam a situação descrita a seguinte tabela.

PLANOS DE AÇÃO - AVALIAÇÃO DE RISCOS 2018			
Descrição	Data Abertura	Data Fechamento	Status 2S2019
Práticas de relacionamento com fornecedores e terceiros	14/11/2018	31/12/2018	Finalizado
Instruções escritas de gestão de Pessoas	14/11/2018	31/12/2018	Finalizado
Práticas de Gestão de Pessoas	14/11/2018	31/12/2018	Finalizado
Práticas Anticorrupção	14/11/2018	31/12/2018	Finalizado
Plano de continuidade de negócios	14/11/2018	30/06/2019	Finalizado

Fonte: Sistema UNIO – PFM

Em 13/11/2019 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo:

a) Normas de Contratação de Fornecedor com os critérios e orientar quanto aos procedimentos, atitudes e comportamentos a serem adotados nos processos de

contratação e gestão de prestadores de serviços vinculados à Entidade, com segurança operacional e jurídica;

b) Manual de Gestão de Pessoas / Instruções escritas de gestão de Pessoas é o instrumento que tem por objetivo orientar os gestores, empregados e estagiários quanto às diretrizes, normas e procedimentos para o processo de gestão de pessoas e para execução de atividades específicas que deverá ser observado no ambiente de trabalho.

c) Política Anticorrupção que institui normas gerais sobre práticas anticorrupção, em observância aos requisitos da legislação vigente, em especial à Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846/2013 e o Decreto Federal nº 8.420/2015;

d) Manual de Gestão Atuarial referente às informações atuariais do Plano de Benefícios HP e se destina a orientar os funcionários, dirigentes e prestadores de serviços quanto à gestão atuarial do Plano de Benefícios HP;

Em relação ao plano de continuidade de negócios a Entidade segue o modelo da patrocinadora HPE.

5.5. COMPLIANCE

A Diretoria Executiva da Entidade nos informou que neste semestre todas as obrigações legais foram cumpridas no prazo estabelecido pela legislação.

6. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Para facilitar o acompanhamento deste Conselho Fiscal, seguem abaixo as recomendações que são sugeridas para este relatório.

6.1 RECOMENDAÇÕES DE 2019

Recomendação 1	Informações – situação atual	PRAZO
1. Certificar todos os Conselheiros (Fiscal e Deliberativo)	Providenciar as documentações a serem encaminhadas ainda em setembro para que o processo de certificação seja finalizado até 30/10/2019.	30/06/2020

Fonte: RMFC1S2019 – Value Prev

A recomendação do primeiro semestre não foi finalizada e o item continuou desenquadrado no segundo semestre com relação ao que exige a legislação. Desta forma está recomendação foi ratificada com prazo alterado para o primeiro semestre de 2020.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.661/2018 e ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/04, o Conselho Fiscal averiguou as informações necessárias à sua elaboração e resumiu aqui seus principais pontos.

O presente relatório é encaminhado ao Conselho Deliberativo da Entidade para pronunciamento acerca das determinações e/ou recomendações ora efetuadas e ficará na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Barueri, 09 de abril de 2020.

Patrícia Toyobo Tanaka
Presidente

Daniel Meira Cardoso Duva
Conselheiro Efetivo

Rodrigo Mancini Astray
Conselheiro Efetivo

Mauricio Becker
Conselheiro Suplente

Sandra Regina Araujo Bispo
Conselheiro Suplente

8. ANEXOS

I Documentos analisados/utilizados para elaboração do relatório

a. Relatórios de Controles Internos

- ✓ Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2019

b. Gestão dos recursos dos planos administrados pela Entidade

- ✓ Políticas de Investimentos do plano de Benefícios e do plano de Gestão Administrativa e protocolos de envio à PREVIC - 2019
- ✓ Relatórios dos Demonstrativos de Investimentos do plano de Benefícios e do PGA - 2º semestre de 2019
- ✓ Relatório Mensal // Risco // Performance - 2º semestre de 2019
- ✓ Relatório Mensal // Gerencial // Performance - 2º semestre de 2019
- ✓ Relatório de Enquadramento por Rating, mensal - 2º semestre de 2019
- ✓ Relatório de Acompanhamento Risco de Crédito, mensal - 2º semestre de 2019
- ✓ Carteira Total, mensal - 2º semestre de 2019
- ✓ Enquadramento EFPC, mensal - 2º semestre de 2019
- ✓ Rentabilidade dos fundos - 2019

c. Aderência das premissas e hipóteses atuariais

- ✓ Regulamento vigente do Plano de Benefícios HP
- ✓ Apresentação dos resultados da avaliação atuarial - 2019.
- ✓ Demonstração Atuarial – DA do Plano de Benefícios HP, com data base 31/12/2019
- ✓ Demonstrações Contábeis, balancetes 2º semestre de 2019.

d. Execução orçamentária

- ✓ Orçamento geral para o exercício social de 2019
- ✓ Relatório de Acompanhamento do realizado x orçado - 2019
- ✓ Indicadores de Gestão - 2019
- ✓ Balancetes Analíticos do Plano de Benefícios HP - 2º semestre de 2019
- ✓ Balancetes Analíticos do Plano de Gestão Administrativa - 2º semestre de 2019
- ✓ Balancetes Consolidados – 2º semestre de 2019
- ✓ Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – RPGA

e. Controles internos

- ✓ Estatuto vigente da Entidade
- ✓ Regulamento vigente do Plano de Benefícios HP
- ✓ Atas do Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva, Conselho Fiscal – 2º semestre de 2019